



PROGRAMA DE
RESIDÊNCIA JURÍDICA DO
MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL
Processo Seletivo Público de Estágio - Edital Nº 01/2024
CIEE/RS – Centro de Integração Empresa - Escola do Rio Grande do Sul
Processo Seletivo Público de Estágio – **20 de abril de 2024**

Nome:

Curso:

Nº de Inscrição:

Assinatura do Candidato

Informações importantes:

- ✓ Antes de iniciar a prova confira todos os seus dados na Grade de Respostas e assine a mesma;
- ✓ Esta prova contém **40 questões objetivas** e terá duração total de **01 horas e 30 minutos**;
- ✓ Para cada questão existe somente uma alternativa correta;
- ✓ Com caneta de tinta azul ou preta, assinale na prova a alternativa que julgar correta e, após, transfira para a “Grade de Respostas”;
- ✓ Cuidado no preenchimento da Grade de Respostas, pois não serão substituídas em caso de rasura;
- ✓ Não serão computadas as questões não assinaladas na grade e as questões que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasuras;
- ✓ Os monitores de sala não esclarecerão dúvidas sobre a prova durante a sua realização.

BOA PROVA!



DIREITO CONSTITUCIONAL

01 – Qual o dispositivo constitucional que estabelece a proteção aos direitos individuais e coletivos, incluindo direitos fundamentais como a igualdade, a liberdade de expressão e o direito à vida?

- a) Art. 2º
- b) Art. 3º
- c) Art. 4º
- d) Art. 5º
- e) Art. 6º

02 – Segundo a Constituição Federal, quais são os requisitos mínimos para a criação de um município no Brasil?

- a) Ter uma população mínima de 10.000 habitantes e ser sustentável economicamente.
- b) Ter uma população mínima de 50.000 habitantes e ser viável economicamente.
- c) Ter uma população mínima de 100.000 habitantes e ser viável economicamente.
- d) Ser sustentável economicamente e possuir um plano de desenvolvimento urbano.
- e) Ser viável economicamente e possuir um plano de desenvolvimento urbano.

03 – De acordo com a Constituição, qual é o princípio que norteia a administração pública, exigindo que todos os atos sejam pautados pela legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência?

- a) Princípio da Legalidade
- b) Princípio da Eficiência
- c) Princípio da Publicidade
- d) Princípio da Impessoalidade
- e) Princípio da Moralidade

04 – Nos termos da Constituição, qual o prazo máximo para que o servidor público estável seja demitido por processo administrativo disciplinar, assegurada ampla defesa?

- a) 30 dias
- b) 60 dias
- c) 90 dias
- d) 120 dias
- e) 180 dias

05 – Em relação aos direitos fundamentais, o que a Constituição estabelece quanto à inviolabilidade do domicílio?

- a) É permitida a entrada forçada, independentemente de mandado judicial, em casos de flagrante delito.
- b) É vedada a entrada sem consentimento do morador, salvo em caso de desastre ou para prestar socorro.
- c) É permitida a entrada sem consentimento do morador, desde que ocorra durante o dia.
- d) É permitida a entrada forçada, desde que seja justificada por motivação relevante.
- e) É vedada a entrada sem consentimento do morador, exceto em casos de investigação criminal.

06 – Qual o órgão responsável por fiscalizar a administração financeira e orçamentária dos Municípios?

- a) Tribunal de Contas da União (TCU)
- b) Ministério Público
- c) Tribunal de Justiça
- d) Câmara Municipal
- e) Controladoria-Geral da União (CGU)

07 – Qual o artigo da Constituição que estabelece a autonomia funcional, administrativa e financeira dos Municípios?

- a) Art. 27
- b) Art. 28
- c) Art. 29
- d) Art. 30
- e) Art. 31

08 – De acordo com a Constituição, o que caracteriza a responsabilidade objetiva do Estado em relação a danos causados por seus agentes públicos?

- a) A necessidade de comprovação de culpa exclusiva do agente público.
- b) A inexistência de qualquer responsabilidade do Estado.
- c) A comprovação de culpa grave do agente público.
- d) A comprovação do nexo de causalidade entre a ação do agente e o dano causado.
- e) A inexistência de previsão constitucional sobre o tema.



09 – Nos termos da Constituição, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de:

- a) Igualdade e moralidade
- b) Publicidade e eficiência
- c) Legalidade e impessoalidade
- d) Eficiência e moralidade
- e) Legalidade e publicidade

10 – Qual o dispositivo constitucional que estabelece o direito à livre manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato?

- a) Art. 5º, IV
- b) Art. 5º, V
- c) Art. 5º, VI
- d) Art. 5º, IX
- e) Art. 5º, XIII

DIREITO ADMINISTRATIVO

11 – No exercício do poder discricionário, a Administração Pública está autorizada a:

- a) Ignorar completamente as disposições legais.
- b) Substituir a lei por seu próprio arbítrio.
- c) Escolher entre diferentes alternativas previstas na lei.
- d) Decidir sem qualquer justificativa ou motivação.
- e) Agir de forma contrária ao interesse público.

12 – O poder hierárquico da Administração Pública confere-lhe a faculdade de:

- a) Substituir a jurisdição do Poder Judiciário.
- b) Controlar e coordenar as atividades de seus órgãos e agentes.
- c) Interferir nas decisões do Poder Legislativo.
- d) Nomear membros do Poder Judiciário.
- e) Estabelecer tributos e taxas.

13 – Quais são os atributos dos atos administrativos que conferem presunção de legitimidade e veracidade?

- a) Tipicidade e imperatividade.
- b) Discricionariedade e autoexecutoriedade.
- c) Vinculação e autoexecutoriedade.

- d) Presunção de veracidade e imperatividade.
- e) Presunção de legitimidade e veracidade.

14 – No âmbito do poder de polícia, a Administração Pública pode:

- a) Limitar direitos individuais sem respaldo legal.
- b) Extrapolá-lo em benefício próprio.
- c) Agir de forma arbitrária, sem fundamentação.
- d) Estabelecer normas de interesse puramente privado.
- e) Exercer controle sobre bens de uso comum do povo.

15 – Qual é o principal efeito da revogação de um ato administrativo pelo próprio órgão que o praticou?

- a) Torna-o ineficaz para o futuro.
- b) Declara sua inconstitucionalidade.
- c) Anula-o retroativamente.
- d) Transforma-o em ato discricionário.
- e) Ratifica os vícios existentes.

16 – Em relação à convalidação de um ato administrativo, é correto afirmar que:

- a) Torna-o inexistente desde sua origem.
- b) Converte-o em ato discricionário.
- c) Consolida os vícios existentes, tornando-o válido.
- d) Declara sua nulidade absoluta.
- e) Anula-o retroativamente.

17 – O poder disciplinar da Administração Pública está relacionado com:

- a) A correção de atos ilegais ou abusivos de particulares.
- b) A punição de servidores por descumprimento de deveres funcionais.
- c) A elaboração de normas para regular determinada atividade.
- d) O controle de gastos e orçamentos públicos.
- e) A imposição de multas por infrações administrativas.

18 – Quais são os requisitos que conferem legalidade a um ato administrativo?

- a) Competência, finalidade e motivação.
- b) Competência, forma e conteúdo.



- c) Motivação, forma e conteúdo.
- d) Finalidade, forma e motivação.
- e) Finalidade, forma e conteúdo.

19 – O poder regulamentar da Administração Pública é exercido através de:

- a) Decretos legislativos.
- b) Portarias.
- c) Emendas constitucionais.
- d) Regulamentos.
- e) Resoluções do Congresso Nacional.

20 – Em relação à competência para desfazimento de atos administrativos, é correto afirmar que:

- a) A anulação é atribuição exclusiva do Chefe do Executivo.
- b) A revogação pode ser realizada por qualquer agente público.
- c) A convalidação depende de autorização expressa do Poder Legislativo.
- d) A revogação é ato vinculado, não sujeito a discricionariedade.
- e) A convalidação implica em reconhecimento de sua validade desde o início.

DIREITO CIVIL

21 – Qual o prazo prescricional para a propositura de uma ação de reparação de danos decorrentes de responsabilidade civil extracontratual, segundo o Código Civil brasileiro?

- a) 1 ano
- b) 3 anos
- c) 5 anos
- d) 10 anos
- e) 15 anos

22 – De acordo com a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, quando uma lei nova revoga a lei anterior, sem estabelecer um prazo para a entrada em vigor, qual o período de vacatio legis presumido?

- a) 30 dias
- b) 45 dias
- c) 60 dias
- d) 90 dias
- e) 120 dias

23 – Quais os requisitos para a decretação da decadência, conforme o Código Civil brasileiro?

- a) Inércia do titular do direito e transcurso do prazo previsto em lei
- b) Nulidade do ato jurídico e desinteresse do titular do direito
- c) Necessidade de prova inequívoca e anuência expressa das partes
- d) Ausência de intimação da parte contrária e pagamento das custas processuais
- e) Manifestação expressa do juiz competente e acordo entre as partes

24 – Em que situação a prescrição pode ser interrompida, segundo o Código Civil brasileiro?

- a) Por mera intenção do devedor
- b) Pela citação do devedor
- c) Pela mera propositura da ação
- d) Pelo inadimplemento do credor
- e) Pela ocorrência de caso fortuito

25 – Qual o prazo prescricional para o exercício do direito de pleitear a anulação de negócio jurídico por erro, dolo, coação, estado de perigo ou lesão, conforme o Código Civil brasileiro?

- a) 1 ano
- b) 2 anos
- c) 3 anos
- d) 4 anos
- e) 5 anos

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

26 – Qual o órgão competente para propor a ação de execução fiscal, conforme a Lei nº 6.830/80 (Lei de Execuções Fiscais)?

- a) Ministério Público Federal
- b) Procuradoria-Geral do Estado
- c) Procuradoria-Geral da República
- d) Advogado-Geral da União
- e) Advocacia-Geral da União

27 – Nos termos do Código de Processo Civil, qual a consequência da ausência de capacidade postulatória do advogado em determinada causa?

- a) Extinção do processo sem resolução de mérito
- b) Nulidade absoluta da citação
- c) Substituição automática do advogado por defensor público



- d) Possibilidade de representação pela parte sem a necessidade de advogado
- e) Conversão do processo para o rito sumário

28 – De acordo com o Código de Processo Civil, qual a consequência jurídica do abandono da causa por parte do advogado, sem a devida comunicação ao cliente?

- a) Substituição do advogado por defensor público
- b) Extinção do processo sem resolução de mérito
- c) Suspensão do processo até constituição de novo advogado
- d) Nulidade processual relativa
- e) Perda do direito à tutela jurisdicional

29 – No contexto do Direito Processual Civil, qual o prazo para a propositura da ação rescisória em caso de descoberta de documento novo posterior à decisão transitada em julgado?

- a) 1 ano
- b) 2 anos
- c) 3 anos
- d) 5 anos
- e) 10 anos

30 – Em que situação a Fazenda Pública poderá desistir do recurso interposto em ação judicial, nos termos do Código de Processo Civil?

- a) Em qualquer fase do processo, independentemente de motivação
- b) Somente após a manifestação do Ministério Público
- c) Mediante autorização expressa do juiz, ouvido o Ministério Público
- d) Após o trânsito em julgado da decisão
- e) Desde que haja concordância unânime das partes interessadas

DIREITO TRIBUTÁRIO

31 – Qual é o objetivo principal da Lei nº 6.830/80, também conhecida como Lei de Execuções Fiscais?

- a) Estabelecer normas para a cobrança administrativa de tributos.
- b) Disciplinar a inscrição em dívida ativa de créditos fiscais.

- c) Regulamentar a fiscalização tributária.
- d) Definir as atribuições dos auditores fiscais.
- e) Normatizar a cobrança judicial dos créditos da Fazenda Pública.

32 – Qual é o prazo máximo para ajuizamento da execução fiscal, de acordo com a Lei nº 6.830/80?

- a) 180 dias, contados da data de vencimento do tributo.
- b) 1 ano, contado da data de vencimento do tributo.
- c) 5 anos, contados da data de vencimento do tributo.
- d) 10 anos, contados da data de vencimento do tributo.
- e) Não há prazo específico estabelecido na lei.

33 – Qual é o órgão competente para promover a execução fiscal, conforme determina a Lei nº 6.830/80?

- a) Ministério Público Federal.
- b) Advocacia-Geral da União.
- c) Procuradoria-Geral da República.
- d) Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
- e) Procuradoria-Geral do Estado.

34 – De acordo com a Lei de Execuções Fiscais, quais são os títulos sujeitos à cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública?

- a) Apenas os tributos federais.
- b) Apenas os tributos estaduais.
- c) Apenas os tributos municipais.
- d) Tributos de todas as esferas: federal, estadual e municipal.
- e) Apenas as multas de trânsito.

35 – Qual é o procedimento inicial para a cobrança judicial da dívida ativa, de acordo com a Lei nº 6.830/80?

- a) Protesto extrajudicial do título executivo fiscal.
- b) Ajuizamento da execução fiscal.
- c) Notificação extrajudicial do devedor.
- d) Intimação pessoal do devedor pela autoridade fiscal.
- e) Inscrição do débito em cadastro de devedores.



DIREITO DO TRABALHO:

36 – Qual é a principal fonte do Direito do Trabalho no Brasil?

- a) Constituição Federal
- b) Leis ordinárias
- c) Tratados internacionais
- d) Jurisprudência
- e) Costumes

37 – Quais são os direitos constitucionais dos trabalhadores previstos no artigo 7º da Constituição Federal de 1988?

- a) Direito à greve e à livre associação sindical.
- b) Direito ao aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.
- c) Direito à remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% à do normal.
- d) Direito ao seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.
- e) Direito à jornada de trabalho de até 44 horas semanais.

38 – No contexto da responsabilidade subsidiária da Administração Pública, como se define essa responsabilidade?

- a) A Administração Pública sempre é responsável solidária por todas as obrigações trabalhistas.
- b) A Administração Pública é responsável apenas pelas obrigações trabalhistas quando há falha grave na fiscalização do contrato.
- c) A Administração Pública é responsável apenas quando fica comprovada a culpa direta no descumprimento das obrigações trabalhistas.
- d) A Administração Pública é responsável apenas pelos créditos

trabalhistas referentes ao salário base dos empregados.

- e) A Administração Pública não possui responsabilidade alguma em relação às obrigações trabalhistas dos contratados.

39 – Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal (Tema 246-STF), em qual situação é aplicável a responsabilidade subsidiária da Administração Pública?

- a) Quando há contrato de terceirização em atividades-fim.
- b) Quando o contrato de terceirização é celebrado com empresas idôneas.
- c) Somente quando a Administração Pública atua como contratante.
- d) Quando há culpa in vigilando ou culpa in eligendo por parte da Administração Pública.
- e) Em todos os casos de contratação de serviços terceirizados.

40 – De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (ADI 3395-STF), qual é a competência da Justiça do Trabalho em relação aos processos que envolvem empregados públicos comissionados?

- a) Competência exclusiva da Justiça do Trabalho.
- b) Competência exclusiva da Justiça Comum Estadual.
- c) Competência da Justiça do Trabalho apenas para questões salariais.
- d) Competência da Justiça Comum Federal apenas para questões previdenciárias.
- e) Competência concorrente entre a Justiça do Trabalho e a Justiça Comum Estadual.

